

JUCESP
10 11 16

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.

ENTRE

SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.

na qualidade de EMISSORA

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO

SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.

(na qualidade de interveniente garantidora)

DATADA DE

18 DE OUTUBRO DE 2016

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



JUCESP
16 11 16

JUCESP PROTOCOLO
2.155.004/16-3



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Giovanni Gronchi, n.º 5.800, AR 01, Vila Andrade, CEP 05.724-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 07.594.978/0001-78, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.477.570, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, da 2ª (segunda) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente):

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário").

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora:

(c) **SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Barata Ribeiro, nº 502, lojas A e B, e sobrelojas 201, 202, 203 e 204, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.135.814/0001-50, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.208.464.686, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Smart Rio" ou "Garantidora" e, em conjunto com a Emissora, e o Agente Fiduciário "Partes" e, individualmente, "Parte");

JUCESP
16 11 16

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.*" ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Emissora, realizada em 18 de outubro de 2016, na qual foi aprovada a realização, nos termos do artigo 8º, item "a" do estatuto social da Emissora, da Emissão, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Oferta Restrita (conforme definido), bem como seus respectivos termos e condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1 Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA"), atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, sendo tal registro condicionado à expedição, até a data da comunicação de encerramento





3




JUCESP
18 11 18

da Oferta Restrita pelos Coordenadores (conforme definido) à CVM, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Código ANBIMA.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão foi devidamente apresentada à JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo de acordo com o inciso I, artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente arquivada(os) na JUCESP e registrada(os) nos Cartórios de Títulos e Documentos referidos na Cláusula 2.3.3 abaixo, em até 5 (cinco) dias úteis após a data de obtenção do referido arquivamento ou registro, conforme o caso.

2.3.3. Em virtude da Fiança (conforme definida) prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos posteriores, será(ão) registrada(os) nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou da assinatura do aditamento, conforme o caso.

2.4. Depósito para Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JUCESP
16 11 16

operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e apenas poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Investidores Qualificados", "Instrução CVM 539" e "Instrução CVM 554", respectivamente) após observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo certo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Aprovação da Fiança e da Cessão Fiduciária e Arquivamento na JUCESP

2.5.1. A prestação da Fiança e a constituição da garantia real na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Garantidora e da Emissora foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Garantidora e Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Emissora realizadas em 18 de outubro de 2016 cujas atas serão devidamente arquivadas na JUCERJA e JUCESP, respectivamente, e publicadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

2.5.2. A constituição da garantia real na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Garantidora foi devidamente aprovada pela RCA da Emissora, realizada em 18 de outubro de 2016, cuja ata será devidamente arquivada perante a JUCESP, publicada de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

2.5.3. A Emissora e a Garantidora obrigam-se a enviar ao Agente Fiduciário cópia dos atos societários que aprovam as Garantias, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da publicação.

2.6.Registro do Contrato de Cessão Fiduciária

2.6.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido) deverá ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo,



DUCESP
18 11 18

Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo uma via original devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário, nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com a cláusula terceira de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social **(i)** ensino de dança; **(ii)** produção e promoção de eventos esportivos; **(iii)** atividade de exibição cinematográfica; **(iv)** atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; **(v)** holdings de instituições não-financeiras; **(vi)** aluguel de imóveis próprios; **(vii)** outras sociedades de participação, exceto holdings; **(viii)** gestão de ativos intangíveis não-financeiros; e **(ix)** atividades de cobranças e informações cadastrais.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definida ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures.

12

A large handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "JURÍDICO" at the top and "SMARTFIT" at the bottom, with a stylized logo in the center. The number "6" is written above the stamp. A small handwritten mark is visible below the stamp.

DUCESP
16 11 18

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6.2. O escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10.º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7. Destinação de Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos com a integralização das Debêntures ("Recursos da Integralização") serão integralmente destinados **(i)** ao pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia no montante de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais); **(ii)** à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em montante total mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); **(iii)** à quitação de empréstimos e financiamentos tomados junto ao Banco Votorantim S.A. em montante total mínimo de R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais); e **(iv)** ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.9. Colocação



7



JUCESP
16 11 16

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder o "Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação, e Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da 2ª (Segunda) Emissão da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Garantidora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.9.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido nesta Escritura e no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição").

3.9.3. O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.9.4. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais"), observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Profissionais, ainda que se destinem a investidores não profissionais; e (b) fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos na Cláusula 3.9.3 acima.

3.9.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Terceira.

3.9.6. Até ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476, a respectiva condição de Investidor Profissional, bem como de que está ciente, entre outros, que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser objeto de registro na ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.1.2 acima; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (c) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme



DUCESP
18 11 18

definidas); e (d) concorda expressamente com todos os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos contratos que formalizam as garantias.

3.9.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.9.9. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de novembro de 2016 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão simples, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.



9



JUCESP
16 11 16

4.3.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato em nome do titular das Debêntures emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia fidejussória adicional.

4.5. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, observada a cláusula 4.5.3.

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, dentro do período de distribuição na forma do artigo 7º e 8º da Instrução CVM 476, e de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.5.3. As Debêntures poderão ser integralizadas até o Dia Útil subsequente da data de subscrição, sendo que, nesta hipótese, o valor a ser integralizado corresponderá ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) calculado *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ("Data de Integralização") até a efetiva data de integralização.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido) e da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido), na hipótese de resgate da totalidade das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de novembro de 2020 ("Data de Vencimento").



10



JUCESP
15 11 15

4.7. Amortização

4.7.1. Sem prejuízo dos pagamentos em razão das hipóteses de Vencimento Antecipado ou da Oferta de Resgate Antecipado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e iguais, sendo a 1ª (primeira) parcela devida no 18º (décimo oitavo) mês contados da Data de Emissão, em 11 de maio de 2018, conforme indicado na tabela abaixo ("Amortização das Debêntures"):

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
11 de maio de 2018	9,0909%
11 de agosto de 2018	9,0909%
11 de novembro de 2018	9,0909%
11 de fevereiro de 2019	9,0909%
11 de maio de 2019	9,0909%
11 de agosto de 2019	9,0909%
11 de novembro de 2019	9,0909%
11 de fevereiro de 2020	9,0909%
11 de maio de 2020	9,0909%
11 de agosto de 2020	9,0909%
11 de novembro de 2020	Saldo Remanescente

4.8. Atualização Monetária e Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento)

Ah

lll

h

JURÍDICO
SMART
e

DUCE SP
16 11 16

da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI *over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 3,95% (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração, acrescido de *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;
- VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$, onde

- Fator DI Produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$





onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;
- n número total de Taxas DI, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]$$

onde:

Spread ou sobretaxa = 3,9500;



DUCESP
16 11 18

n = número de dias úteis entre a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_i)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- d) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.8.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, de forma *pro rata temporis* desde a data na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente ("Data do Evento DI") até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, a ser definido em Assembleia Geral (conforme descrito), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.8.4. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação



JUCESP
16 11 16

e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.8.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 4.8.4. acima deverá ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias corridos contados da publicação do edital de segunda convocação, conforme previsto abaixo.

4.8.4.2. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas), a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia ou, ainda, da data em que deveria ter sido realizada a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ainda que não realizada por falta de quórum de instalação e/ou deliberação, ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos desta Cláusula, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, de forma *pro rata temporis* desde a Data do Evento DI até a data do resgate antecipado.

4.8.4.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.8.4 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos desta Cláusula 4.8.4.3 ("Nova Data DI"), a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer



15




JUCESP
16 11 16

obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de forma *pro rata temporis* desde a Data do Evento DI até a Nova Data DI.

4.8.5. A Remuneração será devida trimestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 11 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo o primeiro pagamento realizado em 11 de fevereiro de 2017.

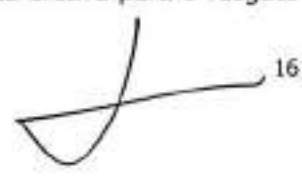
4.8.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração e/ou de qualquer dos valores devidos constante desta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido na Cláusula 4.16.1. abaixo.

4.8.6. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração e/ou de qualquer outro valor devido aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão.

4.9. Oferta de Resgate Antecipado

4.9.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.9.2. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicado, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de aviso aos Debenturistas, a ser divulgado nos termos da Cláusula 4.17.1. abaixo ou publicação de aviso aos Debenturistas ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (ii) o Valor da Oferta de Resgate Antecipado, conforme definido na Cláusula 4.9.6; (iii) a forma de manifestação à Emissora e ao Agente Fiduciário dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate

 16

Ch

JURIDICO
MADRY



DUCESP
15 11 15

antecipado das Debêntures; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures.

4.9.3. Para fins da Oferta de Resgate Antecipado mencionada acima, fica desde já estabelecido que a não manifestação por parte dos Debenturistas, significará o não aceite da Oferta de Resgate Antecipado.

4.9.4. A Emissora deverá: (i) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário se haverá o resgate antecipado; e (ii) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado comunicar, por meio do envio de correspondência neste sentido, à CETIP informando a respectiva data do resgate antecipado.

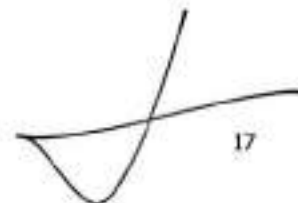
4.9.5. A Oferta de Resgate Antecipado seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou de acordo com os procedimentos do Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.9.6. O valor da Oferta de Resgate Antecipado, conforme inciso (ii) da Cláusula 4.9.2. acima corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures dos respectivos titulares que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, e deverá ser acrescido: (i) da respectiva Remuneração devida e não paga até a data da respectiva Oferta de Resgate Antecipado; e (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data da respectiva Oferta de Resgate Antecipado; e (iii) do prêmio de resgate antecipado, que não poderá ser negativo e caso seja aplicável, a ser oferecido aos Debenturistas pela Emissora ("Valor da Oferta de Resgate Antecipado").

4.9.7. A data para realização do Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e ocorrer em única data.

4.9.8. Não obstante a Oferta de Resgate Antecipado ser sempre endereçada à totalidade das Debêntures, conforme descrito nesta Cláusula, o resgate antecipado poderá ser parcial na hipótese de existirem Debenturistas que não concordem com a Oferta de Resgate Antecipado. Nesse caso, serão resgatadas somente as Debêntures daqueles Debenturistas que decidirem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado.









DUCESP
15 11 16

4.9.9. As Debêntures não estarão sujeitas a oferta de resgate antecipado parcial ou a amortização extraordinária.

4.10. Repactuação Programada

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2 e 4.11.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um evento de "Vencimento Antecipado"):

- a) descumprimento, pela Emissora e/ou Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária (sendo a Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária referidos em conjunto como "Documentos da Emissão"), não sanada em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo inadimplemento, sem prejuízo da incidência dos Encargos Moratórios sobre o valor inadimplido;
- b) questionamento judicial, pela Emissora, pela Garantidora e/ou quaisquer de suas controladas e/ou coligadas ("Afiliadas") de quaisquer dos Documentos da Emissão;
- c) existência de medida judicial, ainda que em caráter provisório ou preliminar, obtida por qualquer pessoa que não a Emissora e/ou a Garantidora, que comprometa o pagamento ou o cumprimento das Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de tal medida judicial;
- d) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, e/ou da Garantidora e/ou suas respectivas Afiliadas e não devidamente elidido no

Ah

W

18

JURIDICO
DIAGNOSTICO

DUCE SP
15 11 15

prazo legal, assim como a ocorrência de qualquer ato ou celebração de qualquer documento pela Emissora com a finalidade de aprovar, requerer, ajuizar ou anuir com a recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação ou, ainda, caso ocorra a prática de quaisquer atos que, nos termos da legislação aplicável, sejam considerados como atos falimentares;

- e) pedido de auto-falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas respectivas Afiliadas, independentemente do deferimento do pedido;
- f) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Garantidora;
- g) liquidação, dissolução ou extinção de quaisquer das Afiliadas da Emissora e/ou da Garantidora, exceto para sociedades que tenham ativos totais de até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) levando em consideração a demonstração financeira do exercício anterior;
- h) redução do capital social da Emissora, e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, exceto em decorrência de reconhecimento de prejuízo;
- i) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão;
- j) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora, e/ou a Garantidora, assim entendidas as dívidas contraídas em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- k) se a Emissora, a Garantidora e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora, a Garantidora e/ou quaisquer de

Alf



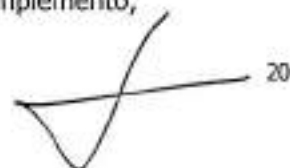
 19



DUCESP
18 11 18

suas respectivas Afiliadas ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se ocorrer o encerramento das atividades principais desenvolvidas pela Emissora, e/ou pela Garantidora, por si e/ou por meio de suas subsidiárias por qualquer motivo;

- l) a ocorrência de evento que caracterize estado de insolvência da Emissora, da Garantidora e/ou de quaisquer de suas respectivas Afiliadas incluindo acordo de credores;
- m) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações da Emissora, da Garantidora e/ou de suas respectivas Afiliadas, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, ou a Garantidora e/ou suas respectivas Afiliadas, exceto (i) se entre as Afiliadas, com exceção da Emissora e da Garantidora; ou (ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares; ou (iii) se envolver a fusão ou incorporação das empresas Investfit Holding S.A., com CNPJ inscrito sob nº 17.677.845/0001-19 e a Pacific Mezz Bio Participações S.A., com CNPJ inscrito sob nº 19.687.267/0001-27, ambas atuais acionistas da Emissora;
- n) caso haja alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116, da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora;
- o) resgate, amortização de ações de emissão da Emissora e/ou Garantidora ou reembolso de ações de acionistas da Emissora e/ou Garantidora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora (tendo por base as demonstrações financeiras auditadas da Emissora mais recentes à época da amortização e/ou do reembolso);
- p) descumprimento, pela Emissora, e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Emissão que (i) não seja devidamente sanado no prazo de remediação específico ou (ii) não havendo prazo de remediação específico, não seja devidamente sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

 20

JURIDICO
SMARTEN

JUCESP
16 11 16

- q) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza não financeira a que esteja sujeita a Emissora, a Garantidora e/ou suas respectivas Afiliadas, assim entendidas aquelas obrigações pecuniárias que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora, pela Garantidora e/ou suas Afiliadas por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, conforme aplicável, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- r) distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de remuneração aos acionistas, exceto pró labore e dividendos mínimos obrigatórios, conforme artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações ("Distribuição"), caso (i) a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) a Emissora não mantiver o Fluxo Mínimo Mensal, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (iii) o Índice Financeiro não esteja sendo cumprido;
- s) descumprimento da manutenção do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes durante o ano de 2016 e 2,0 (dois inteiros) durante o ano de 2017 em diante ("Índice Financeiro"), ficando desde já estabelecido que as informações que compõem o Índice Financeiro, a ser verificado anualmente, deverão sempre considerar os balanços auditados consolidados da Emissora a serem enviados anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário juntamente com o cálculo do Índice Financeiro para verificação.

onde:

"Dívida Líquida": significa, com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora, o valor calculado igual à soma (sem repetição dos valores que se enquadrem em mais de uma categoria) dos (i) passivos junto a instituições financeiras (incluindo, mas não limitado, aos empréstimos e financiamentos, títulos descontados com direito de regresso, avais e garantias



DUCESP
16 11 16

prestados em benefícios de terceiros e arrendamento mercantil/leasing financeiro, exceto fianças contratadas para garantia de obrigações locatícias decorrente da locação de imóveis); (ii) empréstimos e financiamentos com quaisquer terceiros, inclusive acionistas; (iii) arrendamento mercantil/leasing financeiro; (iv) avais e garantias prestadas em benefícios de terceiros, exceto fianças contratadas para garantia de obrigações locatícias decorrente da locação de imóveis; (v) títulos e valores mobiliários representativos de dívidas emitidos; (vi) mútuos; (vii) aquisição de ativos fixos a pagar sobre as quais incorram juros; (viii) aquisição de participações em outras empresas a pagar; e (ix) saldo dos derivativos, diminuído das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata).

“EBITDA”: significa, com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora, lucro (prejuízo) líquido acumulado, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização.

- t) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo no prazo de até 10 (dez) dias contados do protesto, a Emissora e/ou a Garantidora comprovar que (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (2) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (3) apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (4) apresentado comprovante de pagamento dos respectivos títulos protestados;
- u) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, que modifique as principais atividades atualmente praticadas por elas e/ou por suas Afiliadas;
- v) comprovação de inveracidade de qualquer declaração feita pela Emissora, e/ou pela Garantidora em quaisquer dos Documentos da Emissão;

ANEXO
15.11.15

- w) comprovação de incorreção, insuficiência, ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora, e/ou pela Garantidora em quaisquer dos Documentos da Emissão, que afete a percepção de risco das Debêntures;
- x) comprovação de que qualquer disposição que prejudique o cumprimento das Garantias, dos Documentos da Emissão e/ou de qualquer outro documento relacionado a tais instrumentos foi revogada, rescindida, se tornou nula ou deixou de estar em pleno efeito e vigor;
- y) declaração judicial ou arbitral, de invalidade, nulidade ou inexecutibilidade de quaisquer Documentos da Emissão, da Fiança ou de quaisquer das obrigações neles previstas;
- z) a existência de sentença condenatória ou decisão judicial desfavorável relativamente a atos praticados pela Emissora e/ou pela Garantidora relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, ou crimes contra o meio ambiente;
- aa) a criação, incorreção ou assunção voluntária, pela Emissora, de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens, ativos ou direitos objeto da Cessão Fiduciária concedida em favor dos Debenturistas;
- bb) se as Garantias: (a) for(em) objeto de questionamento pela Emissora, pela Garantidora ou suas Afiliadas nos respectivos contratos de garantia; (b) não for(em) devidamente constituídas; (c) for(em) anuladas, nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir, tornarem-se inábeis, ineficazes, inválidas ou impróprias para assegurar o cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, ou forem rescindidas.
- cc) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão administrativa, judicial ou arbitral definitiva e contra qual não caiba mais recurso em qualquer esfera, de natureza condenatória, contra a Emissora, a Garantidora e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas;
- dd) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou da Garantidora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de

Ah

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]



JUCESP
16 11 16

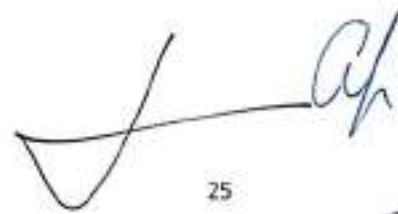
reais), apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas;

- ee) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- ff) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Garantidora, que implique perda de bens da Emissora e/ou da Garantidora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apurado em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas;
- gg) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência (exceto nas hipóteses autorizadas na alínea (m) acima) a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária;
- hh) não renovação, cancelamento, perda, cassação, extinção, revogação ou suspensão das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais da Emissora, da Garantidora e/ou de suas respectivas Afiliadas, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e/ou pela Garantidora de forma adversa, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- ii) inadimplemento, no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias individuais ou agregadas de natureza financeira a que esteja sujeita a Emissora e/ou a Garantidora, bem como suas respectivas Afiliadas, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora, pela Garantidora e suas respectivas Afiliadas por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;

JUCESP
16 11 16

- jj) recebimento de quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, e/ou à Garantidora, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou extintos no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do respectivo recebimento, em um valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- kk) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 15 (quinze) dias contados da referida decisão contra a Emissora e/ou a Garantidora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), no prazo estipulado para pagamento valor esse a ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- ll) em relação ao capital social da Emissora em 30 de junho de 2016, não realização de um aporte de capital na Emissora, pela totalidade ou parte de seus atuais acionistas, em recursos imediatamente disponíveis, no valor, individual ou agregado, maior ou igual a R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), devendo ser mantido no capital social e reserva de capital da Emissora até 31 de dezembro de 2016 um valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Aporte de Capital");
- mm) no caso do somatório das participações societárias direta e/ou indireta dos integrantes da família Corona, quais sejam Edgard Gomes Corona, e todos os seus familiares relacionados até o 1º grau ("Família Corona") e do Fundos de Investimentos e Participações atualmente administrados por Pátria Investimentos S.A. ("Pátria"), como titulares de ações com direito a voto na Emissora seja menor que 50% mais 1 ação; e
- nn) no caso da Emissora não manter o fluxo mínimo mensal na Conta Vinculada Cartão de Crédito, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Fluxo Mínimo Mensal").





25



JUCESP
16 11 16

4.11.1.1. A Emissora deverá, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar o Agente Fiduciário, no Dia Útil imediatamente subsequente após a ciência, para que esse tome as providências devidas.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (i), (k), (v), (y) e/ou (gg) da Cláusula 4.11.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, ou de qualquer consulta aos Debenturistas, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, comunicar imediatamente tal fato através de notificação à Emissora.

4.11.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas da cláusula 4.11.1 que não indicadas na cláusula 4.11.2 acima, e vencido o prazo eventualmente previsto para regularização sem que ela tenha sido realizada, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido na Cláusula 4.11.4 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.11.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.11.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.11.3. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 4.11.4. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 4.11.1. acima e exigir o pagamento do que for devido aos Debenturistas.

4.11.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das

26

JUCESP
16 11 16

Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer encargos ou outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) dias úteis após (i) a data de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama expedido pelo correio para o endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, ou (ii) a data em que a Emissora for comunicada acerca da decisão tomada na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.11.3. acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.12. abaixo.

4.11.6.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 4.11.6. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.12. Multa e Juros Moratórios

4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* ("Encargos Moratórios").

4.13. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.13.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.12 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.12 acima, a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao



JUCESP
15 11 15

Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.14. Garantias

4.14.1 Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora perante os Debenturistas, incluindo, mas não se limitando ao pagamento das Debêntures, abrangendo a Remuneração, os Encargos Moratórios, multas, tributos, indenizações, penalidades, custos ou despesas devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, do Escriturador e do Banco Liquidante, além de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, inclusive a remuneração prevista na Cláusula Sexta abaixo, ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas"), a Emissão contará com as seguintes garantias:

4.14.2. Fiança

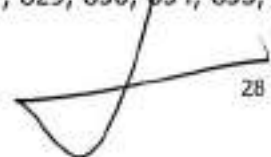
4.14.2.1. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável com a Emissora pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas ("Fiança").

4.14.2.2. A Garantidora se obriga, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, a pagar qualquer valor devido pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, as Obrigações Garantidas, nas respectivas datas de pagamento e/ou imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

4.14.2.3. A Garantidora, nos termos dos incisos I e II do artigo 828 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835,

Ah





28



WCBP
15 11 15

836, 837, 838 e 839 do Código Civil, os artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil"). Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Garantidora em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.14.2.4. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente a Fiança objeto desta Cláusula. Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

4.14.2.5. A Garantidora concorda e se obriga a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.14.2.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.14.2.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.14.2.8. A Garantidora concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela desembolsado nos termos da Fiança depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.2.9. Observado o disposto na Cláusula 4.14.2.10 abaixo, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas. A Fiadora desde já declara que têm ciência que o Agente Fiduciário poderá optar por executar a Cessão



DUCESP
16 11 16

Fiduciária previamente à excussão da Fiança, até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

4.14.2.10. A Fiança entra em vigor na data de assinatura desta Escritura de Emissão e deverá perdurar até o efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas.

4.14.2.11. A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras modificações de suas condições fixadas nas Debêntures, nos Documentos da Emissão e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita.

4.14.2.12. Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Garantidora.

4.14.2.13. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.2.14. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Garantidora.

4.14.3. *Cessão Fiduciária*

4.14.3.1. Conforme condições estabelecidas no "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (Cartão de Crédito) e Outras Avenças*" devidamente formalizado até a Data de Emissão, entre a Emissora, a Garantidora, (em conjunto "Cedentes Cartão de Crédito"), e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), as Cedentes Cartão de Crédito cederão e transferirão, de forma

Ch

Ch

30



JUCESP
16 11 16

irrevogável e irretroatável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, aos Debenturistas, representados pelos Agente Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728"), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931") e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514") e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, bem como das demais disposições legais aplicáveis ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real" e, juntamente com a Fiança, as "Garantias"), os seguintes bens e direitos, nas condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária: (i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, principais e acessórios, indicados no Contrato de Cessão Fiduciária e de titularidade das Cedentes Cartão de Crédito, oriundos da venda de bens e/ou prestação de serviços pelas Cedentes Cartão de Crédito nos pontos de venda indicados no Contrato de Cessão Fiduciária, cujo pagamento seja realizado por meio de transações com cartões de crédito de determinadas bandeiras, conforme condições estabelecidas em referido Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando a, multa, juros e demais encargos relacionados, sendo que referidos direitos creditórios abrangem as transações que venham a ser realizadas, bem como aquelas já realizadas de forma parcelada e que ainda hajam parcelas em aberto ("Recebíveis Cartão"); (ii) os direitos creditórios de titularidade das Cedentes Cartão de Crédito decorrentes dos contratos de credenciamento celebrados entre qualquer uma das Cedentes Cartão de Crédito e quaisquer credenciadoras ou operadoras de cartões de crédito, exclusivamente com relação às bandeiras, que capturem, processem e liquidem as transações mencionadas no item (i) acima, incluindo, mas não se limitando a, multa, juros e demais encargos relacionados; (iii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos nos itens (i) e (ii) acima; (iv) todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pelas Cedentes Cartão de Crédito contra o Banco Depositário, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária a qualquer tempo nas contas vinculadas de titularidade da Emissora e da Garantidora ("Conta Vinculada Cartão de Crédito") e os montantes nelas depositadas ou a serem depositadas, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como todos e quaisquer frutos e rendimentos decorrentes dos Investimentos Permitidos, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária realizados com os valores depositados ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada Cartão de Crédito.

4.14.3.2. A Cessão Fiduciária a ser constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária deverá perdurar até o completo, efetivo e irrevogável cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

af

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]
JURIDICO
MARTELL

JUCESP
15 11 15

4.15. Local de Pagamento

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Banco Liquidante.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.17. Publicidade

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora e/ou a Garantidora estão obrigadas a:



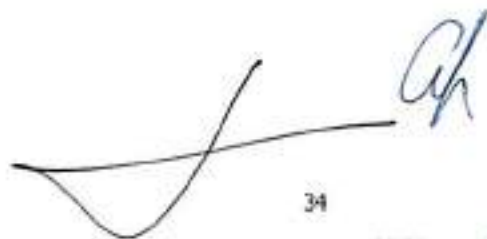


DUCE SP
15 11 15

- a) Disponibilizar ao Agente Fiduciário:
- (i) em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração, bem como da declaração assinada por representantes legais da Emissora com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão além de nota explicativa dos auditores atestando o cumprimento do Índice Financeiro com base em declaração assinada por representantes legais da Emissora - que deverá conter a memória de cálculo do Índice Financeiro e explicitar as rubricas necessárias à referida apuração do mesmo - sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Garantidora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
 - (ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados e disponibilizar, em sua página na internet tais documentos.
- b) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Garantidora e à Emissão em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");




- c) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- d) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- e) manter seguros de todos seus ativos conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- f) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 4.11.1 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar conhecimento de sua ocorrência;
- g) notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- h) notificar, nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- i) informar ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de no mínimo 3 (três) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;



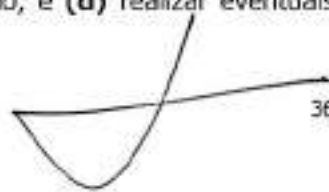
JUCESP
16 11 16

- j) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação, de boa-fé, administrativa ou judicial;
- k) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- m) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- n) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, inclusive mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- o) divulgar as demonstrações financeiras da Emissora, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 90 (noventa) dias contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- p) encaminhar qualquer informação sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após solicitação escrita nesse sentido feita pelo Agente Fiduciário;
- q) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, conforme aplicável, relacionada às hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;



JUCESP
18 11 15

- r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- t) cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento de todos os tributos, taxas e/ou contribuições, incluindo, mas não se limitando àqueles decorrentes da Oferta Restrita;
- u) cumprir a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- w) observar e cumprir a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei 12.846/13"), o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado ("Decreto 8.420/15") e demais leis aplicáveis relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público nacional, assim como, desde que aplicável, a *U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977* (em conjunto, as "Leis Anticorrupção"), devendo **(a)** manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; **(b)** abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no interesse ou para seu benefício e/ou de suas afiliadas; **(c)** informar, imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção; e **(d)** realizar eventuais



DUCESP
16 11 16

pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária;

- x) não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos disponibilizados em razão desta Emissão para a prática de ato previsto nas Leis Anticorrupção;
- y) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- z) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- aa) convocar, nos termos das disposições legais aplicáveis e da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- bb) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- cc) durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, comunicar os Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis de qualquer ato ocorrido posteriormente à Data de Emissão que modifique quaisquer das declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Distribuição, no que for aplicável;
- dd) uma vez formalizadas e constituídas, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias;



37



JUCESP
15 11 15

- ee) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de **(a)** revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e **(b)** utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua Emissão;
- ff) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (l) e (m) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009;
- gg) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



38



JUCESP
16 11 16

- d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente, a regularidade da Cessão Fiduciária, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora;
- k) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a Garantia Real não é suficiente para arcar integralmente com eventual inadimplemento da Emissora, posto que não equivale a 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão, não havendo previsão de que atinja referido percentual durante sua vigência;
- l) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- m) para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o

af

JURIDICO
SARTEIT

DUCESP
15 11 15

Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário para a Emissora ou para a Garantidora e para empresas que fazem parte do grupo societário da Emissora e da Garantidora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. No caso de substituição, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de agente fiduciário, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

6.5. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com os Coordenadores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias; (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados a Amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.6. No caso de celebração de aditamentos a Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciária, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.



Ah



DUCESP
18 11 18

6.6.1. As parcelas de remuneração referida acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na falta deste, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da assinatura do respectivo contrato, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.6.2. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento.

6.6.3. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários do Agente Fiduciário.

6.7. Os serviços do Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e Lei das Sociedades por Ações.

6.8. Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas na Cláusula 6.4 acima, estará sujeita à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito ao reajuste pelo IGP-M/FGV, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

6.9. As remunerações devidas ao Agente Fiduciário, conforme acima descrito, não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.








DUCESP
15 11 15

6.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

6.11. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.12. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (v) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.



JUCESP
16 11 16

6.4.9. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser incluídas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e na JUCERJA, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;



43



JUCESP
16 11 16

- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores óveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- j) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.17. acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas e as coligadas conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações necessárias à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:



44



DUCESP
15 11 15

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos na alínea "k" do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28.



 45




DUCESP
16 11 16

- n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP; e
 - (iv) na sede dos Coordenadores.
- o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- r) Notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.17. acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;

46



DUCESP
15 11 16

- s) Disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do seu website www.oliveiratrust.com.br;
- t) Divulgar as informações referidas no subitem (ix) da alínea (I) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- u) Acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- b) requerer a falência, ou conforme o caso a insolvência, da Emissora, se assim cabível;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção, liquidação ou insolvência da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 6.6 acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido), bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 6.6 acima, conforme Instrução CVM 28.

47



DUCESP
15 11 18

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



 48





DUCESP
16 11 10

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3. acima.

6.10.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.17. acima.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS




DUCESP
15 11 15

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.17 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do último edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora, a Garantidora e ou qualquer uma de suas Afiliadas possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem

ll

50

Ch



DUCE SP
15 11 16

como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá a pessoa eleita pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar: (a) a Remuneração das Debêntures e a forma de seu pagamento; (b) as Datas de Pagamento da Remuneração; (c) o prazo de vencimento das Debêntures; (d) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (e) as hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 4.11.1. acima; (f) os quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (g) qualquer dos termos e condições aplicáveis às Garantias; (h) as obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; e/ou (i) os procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas estabelecidos nesta Cláusula Sétima (j) o procedimento da Oferta de Resgate Antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.13. As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto a renúncia ou perdão temporário das hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 4.11.1. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de

ML

51

Ch



JUCESP
16 11 16

terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora, neste ato declara e garante que:

- a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação às Obrigações Garantidas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer hipótese de Vencimento Antecipado;



52



DUCESP
16 11 16

- f) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- g) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que seja de seu conhecimento e que afete a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- h) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- i) a demonstração financeira da Emissora relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2015 é verdadeira, completa e correta em todos os aspectos na data em que foi preparada; reflete, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período;



JUCESP
15 11 15

- j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- l) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- m) a Emissora, nesta data: (i) está observando e cumprindo seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em decisões, contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam acarretar um efeito adverso, segundo critério razoável dos Debenturistas; (ii) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor, exceto nas hipóteses de questionamento, de boa-fé, nas esferas administrativa e/ou judicial; (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- n) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras consolidadas ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- o) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

ll

54

ah



JUCESP
18 11 16

- p) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes;
- q) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (i) a inscrição (a) da Escritura de Emissão e da AGE na JUCESP, bem como no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo; (b) da AGE da Garantidora que aprovou as Garantias na JUCERJA, bem como no jornal Monitor Mercantil do Rio de Janeiro; e (c) da RCA da Emissora que aprovou a Cessão Fiduciária na JUCESP; (ii) o registro da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária no Cartório de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (iii) o depósito das Debêntures na CETIP;
- r) cumpre e faz cumprir, por si e por suas Afiliadas, acionistas e funcionários, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, na medida em que **(a)** mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dá pleno conhecimento de tais normas aos profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenham conhecimento de qualquer violação de aludidas normas, comunicarão os Coordenadores que poderão tomar todas as providências aplicáveis; e **(e)** realizarão eventuais pagamentos devidos aos Coordenadores exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque;
- s) esta Escritura de Emissão, constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil; e
- t) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua

JUCESP
15 11 15

emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. A Garantidora, neste ato declara e garante que:

- a) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à insolvência ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- b) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação à Fiança e às Obrigações Garantidas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- c) exceto pelo registro da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes e o registro das Debêntures nos sistemas de distribuição e negociação da CETIP, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de subscrição das Debêntures, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos dessa Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão;
- d) a celebração da presente Escritura de Emissão e a outorga da Fiança e da Cessão Fiduciária, não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou instrumento no qual a Garantidora e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (cx) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (cy) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, ou (cz) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Garantidora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que sejam de seu conhecimento e que afete a Garantidora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;

56

DUCESP
15 11 15

- e) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, no Brasil ou no exterior, que possa impedir a outorga da Fiança ou da garantia real, respectivamente;
- f) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- g) a Garantidora é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- h) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias para o exercício de suas atividades, bem como à outorga da Fiança pela Garantidora e da Cessão Fiduciária pela Emissora e Garantidora e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- i) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, tendo sido a forma de cálculo dos juros remuneratórios acordada por livre vontade da Garantidora, em observância ao princípio da boa-fé;
- j) tem todas as licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- k) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- l) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Garantidora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;



57




JUCESP
16 11 16

- m) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- n) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. Estão obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- o) nesta data: (i) está observando e cumprindo, seu estatuto social e/ou contrato social, conforme aplicável ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais sejam parte ou possam estar obrigadas, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente afetar o regular funcionamento da Garantidora; (ii) está cumprindo, com a legislação brasileira em vigor, e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- p) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer hipótese de Vencimento Antecipado;
- q) cumpre e faz cumprir, por si e por suas Afiliadas, acionistas e funcionários, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção, na medida em que **(a)** mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; **(b)** dá pleno conhecimento de tais normas aos



JUCESP
16 11 16

profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; **(c)** abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; **(d)** caso tenham conhecimento de qualquer violação de aludidas normas, comunicarão os Coordenadores que poderão tomar todas as providências aplicáveis; e **(e)** realizarão eventuais pagamentos devidos aos Coordenadores exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque;

- r) todas as informações prestadas pela Garantidora no âmbito da Oferta Restrita para fins de análise e aprovação da Oferta Restrita, são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas; e
- s) esta Escritura de Emissão, constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil.

8.3. Adicionalmente, a Emissora e a Garantidora declaram e garantem que, até a presente data, nem a Emissora, nem a Garantidora e nem qualquer uma de suas respectivas Afiliadas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas Afiliadas ("Representantes"): (i) usaram recursos da Emissora, da Garantidora e/ou de suas Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violaram qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"); (iv) fizeram qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (em conjunto, "Condutas Indevidas"). A Emissora, e a Garantidora obrigam-se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a observarem, cumprirem e/ou fazerem cumprir, por si, suas Afiliadas e Representantes toda e qualquer Lei Anticorrupção, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas, devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que

JUCESP
15 11 15

asseguem integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira.

8.4. A Emissora e a Garantidora, conforme o caso, comprometem-se a notificar, em até 3 (três) dias úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SMARTFIT ESCOLA DE GINASTICA E DANÇA S.A.

Av. Paulista, n.º 1.294, 2º andar

São Paulo – SP – CEP 01310-100

At.: Sr. Afonso Sugiyama

Telefone: (11) 3365-0800

Fac-símile: (11) 3365-0800

Correio Eletrônico: asugiyama@bioritmo.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13 - Grupo 205

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-100

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000



60



DUCE SP
15 11 15

Correio Eletrônico:
ger2.agente@oliveiratrust.com.br

antonio.amaro@oliveiratrust.com.br

/

Para a Garantidora:

SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.294, 2º andar

São Paulo – SP – CEP 01310-100

At.: Sr. Afonso Sugiyama

Telefone: (11) 3365-0800

Fac-símile: (11) 3365-0800

Correio Eletrônico: asugiyama@bioritmo.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.



61



JUCESP
16 11 16

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 798 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11. CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura resultantes desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de outubro de 2016.

62

DUCESP
15 11 18

Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e sob Regime de Garantia Firme, da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.


SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.


Nome: AFONSO SUGIYAMA

Cargo: DIRETOR FINANCEIRO


Nome: EDGARD GOMES CORADINA

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE





DUCESP
16 11 16

Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e sob Regime de Garantia Firme, da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.




Nome: _____
Sonia Regina Menezes
Cargo: Procuradora



Nome: _____
Bruna Souza Noei
Cargo: Procuradora



64

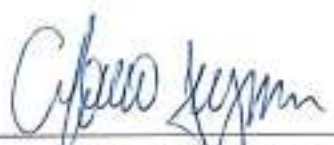


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

JUCESP
16 11 16

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e sob Regime de Garantia Firme, da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.


SMART RIO ACADEMIA DE GINÁSTICA S.A.


Nome: AFONSO SUGIYAMA
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO


Nome: DIOGO FERRAZ DE ANDRADE COARAVA
Cargo: PROCURADOR

Testemunhas:


Nome: Anderson da Silva Ramos
RG: 34.679.561-3
CPF: 399.259.068-36


Nome: GUSTAVO TAVEISAN GABRIEL
RG: 33.190.018-X
CPF: 335.915.858-07

